

HISTORIOGRAFIA AFRICANA: A ÁFRICA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE

Suzyanne Valeska Maciel de Sousa¹
Orientador: Prof. Ms. Isamarclôbo²

Introdução

O presente trabalho dedica-se a traçar um horizonte na análise da produção historiográfica acerca da História da África, abordando desde as características predominantes nas produções tradicionais de base eurocêntrica até as mais recentes produções desenvolvidas até por autores africanos, a fim de justificar a necessidade do estudo do ponto de vista interior da África enquanto condicionante para uma autêntica compreensão da mesma para a construção de sua própria identidade.

Entende-se que a complexidade do ser africano enquanto sujeito histórico apresenta diversas raízes de pensamento e cultura, e a compreensão do mesmo não pode partir do olhar do outro, como historicamente tem sido construída a sua história. Efetivamente a maioria dos estudos sobre a África desenvolvidos no ocidente ao longo da história careceu de profundidade, visto que pouco se dedicou à compreensão da própria perspectiva do continente. Pode-se dizer que há um consenso quanto à necessidade de revisão das visões eurocêntricas que permeiam a história, contudo esta é uma discussão recente.

Michel de Certeau (2011, p.66) no seu conhecido ensaio “A Operação Historiográfica” destaca que

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.

Dessa forma, ao analisar a produção historiográfica tradicional acerca da África entendemos que o lugar de produção de seus autores foi determinante para as suas narrativas, visto que os primeiros escritos foram realizados por colonizadores e

¹ UFCG. E-mail: suzy_ndbb@hotmail.com

² UFCG. E-mail: isamarclôbo@gmail.com

missionários europeus, e seu discurso foi posteriormente reproduzido e ratificado por outros pensadores, dentre estes os Iluministas. O movimento Iluminista, por sua vez, não defendia apenas uma teoria racial, mas uma expressiva maioria de seus representantes desenvolveram seus estudos no sentido de justificar a superioridade racial do homem branco sobre o homem negro no contexto das discussões modernas em torno da questão da atribuição ou não do caráter de humanidade aos africanos. (MBEMBE, 2001)

Em suma, a presente abordagem analisará as principais características das produções historiográficas de cunho tradicional sobre a história africana, para só então apresentar o caminho iniciado pela nova história.

E a África foi constituída

Inicialmente cabe delimitar o que entendemos por história tradicional, para tanto se faz pertinente a enunciação de Peter Burke (1992, p. 03):

[...] a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, gerais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história.

Assim, a abordagem da história tradicional é marcada pelo seu lugar de produção, ela acaba apresentando os fatos de forma tendenciosa, no caso da historiografia africana as narrativas se desenvolveram a partir do ponto de vista europeu, colocando os africanos em segundo plano, como veremos melhor a seguir.

Esta história tradicional ainda se caracteriza por sua narrativa factual dos acontecimentos, sua preferência quase exclusiva pelo enfoque político, e por política considera-se apenas a parte estatal, além de basear suas análises estritamente em fontes documentais oficiais e pretender-se objetiva e imparcial (BURKE, 1992).

No esforço de analisar esta ampla abordagem, destacarei as principais características que sintetizam as causas que acabam por tornar a maior parte da história tradicional africana estéril e contraproducente. Em primeiro lugar, este enfoque apresenta uma visão única da história e esta é a versão eurocêntrica, nossa ideia deste conceito está em concordância com o expresso por Barbosa (2008, p. 47): “[...] o eurocentrismo é aqui pensado como ideologia e paradigma, cujo cerne é uma estrutura

mental de caráter provinciano, fundada na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental.”, dessa forma desde o Iluminismo foram criadas, com o uso das ciências, diversas justificativas para a dominação europeia sobre os outros continentes, na busca de afirmar a sua superioridade em todos os sentidos, desde o cultural e social até o biológico.

A principal consequência desta abordagem etnocêntrica europeia é o total deslocamento de sentido da interpretação científica da África seja ela histórica, sociológica, antropológica ou cultural. Visto que, é construído um conceito unívoco da África e dos africanos, assim como explica Achille Mbembe:

Uma mudança significativa ocorreu no início da colonização. [...] Se os africanos eram tipos diferentes de seres, era porque eles tinham sua própria identidade. Esta identidade não podia ser abolida. Pelo contrário, a diferença teria de ser inscrita em uma ordem institucional distinta, enquanto, ao mesmo tempo, esta ordem seria forçada a operar a partir de uma perspectiva fundamentalmente desigual e hierarquizada. Em outras palavras, a diferença era reconhecida, mas apenas na medida em que implicasse desigualdades, que eram, além disso, consideradas naturais, no sentido de que ela justificava a discriminação e, nos casos mais extremos, a segregação. (MBEMBE, p. 171)

De acordo com o autor, com o início da colonização tornou-se urgente o debate sobre a atribuição do caráter humano aos povos africanos e emergiu a necessidade da formulação de uma identidade própria para eles. Contudo esta elaboração se desenvolveu apenas na medida em que serviu aos interesses europeus, visto que a “identidade africana” construída por eles teve a função de ampliar as dicotomias entre os povos africanos e os povos europeus. Esse “reconhecimento” criou para a África uma máscara de inferioridade, através da qual os africanos eram identificados como um tipo diferente de seres humanos, primitivos, que precisariam ser “civilizados” pelos europeus.

Desde as primeiras expedições europeias na África o retrato descrito destes povos foi repleto de preconceitos raciais justificados através de filosofias evolucionistas, como vemos no seguinte trecho enunciado pelo padre António Dias Dinis em seu relato de uma expedição missionária:

O africano selvagem ou indígena tem corpo e alma como nós, porque é membro da uma espécie humana; é filho de Deus como nós, pela criação; tem direito às mesmas felicidades, temporais e eternas;

também por ele sofreu e morreu Cristo; enfim, não lhe cabe a culpa de ter ficado estagnado em determinado estágio evolutivo da Humanidade, enquanto a civilização ariana lhe passou pelo Norte do continente (...). Mas, se o primitivo é homem como nós, ele não é, porém, ser humano, no significado preciso do termo; quero dizer: homem verdadeiramente consciente e livre (DINIS, 1951 apud VALVERDE, 1997, p. 81).

No trecho há um argumento de reconhecimento do caráter humano do nativo africano, denunciando novamente o tema como alvo de discussões à época. O padre preocupa-se em “defender” os africanos alegando que os mesmos não podem ser culpados pela sua “estagnação evolutiva”, isto é, sua tentativa de defesa enuncia uma noção preconceituosa e potencialmente problemática, pois esta ideia, velada sobre a intenção de defesa, reforça o estereótipo do exotismo desses povos, criando uma imagem dos africanos como vítimas, dependentes e incapazes de resistir ou se defender sozinhos. Quando são representados na história e na literatura, os africanos aparecem como descobertos, isto é, seres passivos na dinâmica das relações entre os povos (OLIVA, 2007).

Ainda sobre a característica eurocêntrica da história tradicional africana, há um conceito enunciado pelo poeta palestino Mourid Barghouti (2000) que expressa bem esta relação histórica:

It is easy to blur the truth with a simple linguistic trick: start your story from "Secondly." [...] and the world will be turned upside-down. Start your story with "Secondly," and the arrows of the Red Indians are the original criminals and the guns of the white men are entirely the victims. It is enough to start with "Secondly," for the anger of the black man against the white to be barbarous. Start with "Secondly," and Gandhi becomes responsible for the tragedies of the British.

Em nossa percepção a ideia do poeta é válida para compreender como se deu o discurso tradicional, pois de acordo com ele começar a história de um povo com a expressão “em segundo lugar” transforma todo o sentido da narrativa, em outras palavras, o primordial ao contar uma história é de onde se inicia, pois o ponto de partida determinará todo o enredo.

Vejamus como modelo a história da “conquista da Paraíba” na segunda metade do século XVI, a versão oficial difundida provém do ponto de vista português, mas não me parece que as sociedades indígenas que habitavam o território a contariam da mesma forma, a começar pela própria denominação do episódio histórico, reproduzido como

“conquista”, quando da ótica indígena talvez algo como “invasão” estivesse mais próximo de representar sua narrativa própria dos tais eventos. Acontece que a história tradicional inicia esta narrativa a partir da chegada dos portugueses, todavia se a mesma história iniciasse com os sujeitos indígenas que já habitavam as terras paraibanas teríamos uma percepção excepcionalmente diferente.

De semelhante modo, a história africana esteve rendida às narrativas europeias, não encontrando espaço por muito tempo nem entre seu próprio povo para a produção de uma narrativa própria de sua história. Séculos de colonialismo europeu deixaram profundas consequências na cultura africana.

Por conseguinte, a história tradicional africana criou e reforçou a imagem de um estereótipo que até hoje persiste na mentalidade de diversos países, a África foi representada de forma tão unívoca a ponto de se tornar no imaginário como um único país, como se todo o enorme continente se reduzisse a uma mesma cultura e identidade, empobrecendo sua diversidade histórica. Criando, assim, a ilusão de que há apenas uma experiência africana, desconsiderando os diversos contextos geográficos, políticos, econômicos, sociais e culturais que produzem inúmeras especificidades. Esta noção desestabiliza a construção histórica africana, pois considera que estes povos são homogêneos, primitivos e desprovidos de história (OLIVA, 2007).

[...] os discursos africanos dominantes sobre o self se desenvolveram dentro de um paradigma racista. Como discursos de inversão, eles retiram suas categorias principais dos mitos a que afirmam se opor, e reproduzem suas dicotomias (a diferença racial entre negro e branco; a confrontação cultural entre povos civilizados e selvagens; a oposição religiosa entre cristãos e pagãos; a convicção de que raça existe e está na base da moralidade e da nacionalidade) (MBEMBE, 2001, p. 185).

Segundo Mbembe, o esforço para a compreensão do outro, africano, produziu um discurso firme acerca da diferença. As dicotomias foram interpretadas dentro do binômio do bem e do mal, positivo e negativo, assim, se o que provém da cultura branca era considerado bom e civilizado, para as demais culturas restavam as representações do mal e do selvagem. Assim, o discurso eurocêntrico sintetizou o mundo de acordo com a crença na superioridade dos europeus e de sua cultura, esforçando-se na tarefa de sobrepor aos demais povos sua filosofia, religião e modos de vida.

No que se refere à produção historiográfica propriamente dita, a escravidão, colonização e o *apartheid* acabaram por se tornar os mais fortes símbolos da história

africana carregando-a de catástrofes e roubando-lhe a dignidade. A recorrência de narrativas trágicas foi responsável pela produção de uma representatividade generalista e negativa destes povos (MBEMBE, 2001).

De acordo com Oliva (2007), é incontestável os acontecimentos trágicos que afligiram a África ao longo do tempo, a exploração da colonização, as lutas de independência com os países europeus, guerras entre países africanos, segregação racial, epidemias de Aids e outras doenças, os bolsões de miséria ao longo do continente, entre outros. Apresentar e problematizar estas questões é imprescindível, contudo, a predominância dos discursos historiográficos e também midiáticos em torno apenas destes temas negativos reforçam a ideia de que a história africana se resume a uma sequência de calamidades, associando a sua identidade à constante tragédia e negligenciando a grande riqueza e diversidade sociocultural do continente, suas inspiradoras histórias de resistências, além de toda a sua criação artística, intelectual e científica.

Por conseguinte, a persistente repetição e reelaboração do discurso elaborado pela historiografia tradicional causou a sua instituição enquanto modelo. As várias versões da história africana passaram a contar sempre a mesma narrativa, a dos vencedores. O que nasceu como uma opinião eurocêntrica ao longo do tempo e da repetição, inclusive midiática, se tornou um paradigma fortemente estabelecido e de difícil desconstrução. O resultado desse discurso é a superficialização da história africana e a negligência quanto à diversidade de experiências de seus povos, deixando sua história sempre em segundo lugar.

No contexto da nova história, diversos historiadores têm se dedicado aos estudos africanos sob uma nova perspectiva, rejeitando a história factual e dedicando-se mais ao estudo das estruturas como meio de compreensão, além de preocupar-se com a “história vista de baixo”, isto é, buscando conhecer a experiência das pessoas comuns acerca das alterações sociais. O novo olhar dessa historiografia deve-se, sobretudo, ao seu lugar de origem, que não mais advém estritamente da elite europeia, mas abrange historiadores de diversas nacionalidades, destacando-se dentre elas as nacionalidades africanas. Esta abordagem pretende compreender a representação que os próprios povos africanos têm de si, constituindo-se assim numa produção politicamente engajada, defende a autonomia e inserção desses povos historicamente marginalizados na História.

Muitos autores de diversas nacionalidades reconheceram esta necessidade de uma abordagem analítica pelo viés da nova história, como por exemplo, John Thornton,

um historiador americano considerado hoje um dos maiores africanistas do mundo, sua principal obra sobre o tema é o livro “A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico: 1400-1800” (2004). O autor aborda a história africana redefinindo os lugares estabelecidos pela história tradicional, sua obra evidencia uma África atuante em sua própria história e na história mundial.

Thornton (2004) insere os africanos enquanto sujeitos históricos, ao problematizar, por exemplo, a escravidão ele apresenta o jogo dos interesses que envolveram o comércio de escravos por meio da negociação entre os chefes locais africanos e os europeus, observando as formas de resistência e também de cooperação. O autor elucida ainda diversas outras questões que permeiam a história africana, discute as formas de escravidão e sua violência, as razões que justificaram a preferência dos europeus pela mão-de-obra africana e a ação africana nesse processo, além do árduo tráfico negreiro e também as diversidades sociais e culturas destes povos que foram trazidos ao mundo atlântico. Sua obra dedica-se ainda a estudar as transformações sofridas pela cultura africana no mundo atlântico, bem como a sua ativa influência na formação deste.

As narrativas da nova história apresentam-se mais abrangentes e marcam uma nova fase da historiografia africana, as análises possuem maior profundidade discursiva, pois buscam contemplar o olhar de dentro da África.

Cada cultura é única e legitima-se também de forma única, cada povo descreve a si mesmo e aos outros com base em suas próprias noções. O cerne da renovação da nova história é o reconhecimento da existência de um saber próprio de cada cultura, sendo sua compreensão indispensável para contar a sua história.

Dessa forma, vários pesquisadores dedicaram-se ao estudo das representações formuladas sobre ou pelos africanos. Historiadores como o africano Achille Mbembe, o afro-brasileiro Muryatan Barbosa e a afro-americana Anne Bailey, e até escritores como a africana Chimamanda Adichie, são hoje grandes referências para o estudo da África por inovarem em suas abordagens num esforço de apresentar uma história de dentro do ponto de vista africano.

Achille Mbembe é um teórico erudito e em suas obras reflete acerca dos principais pontos que envolvem a história e a política africana, dentre elas destacam-se o artigo “As Formas Africanas de Auto-Inscrição” (2001) e o livro “Crítica da Razão Negra” (2004), ambos indispensáveis para a compreensão dessa nova fase de autoidentificação africana, pois o autor apresenta uma profunda reflexão acerca desse

processo, além do anseio por autonomia da África em resistência às várias formas de dominação ideológica historicamente empreendidas. Segundo o autor, “A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas” (2001, p. 199), assim a composição da identidade africana se dá através de uma constante redefinição empreendida por seus diversos atores através da sua produção.

Ainda no que se refere às discussões acerca da identidade africana há, por exemplo, o filósofo africano Valentim Mundibe e o filósofo anglo-africano Kwame Appiah, ambos dedicam-se a desconstruir os estereótipos fabricados sobre a África e buscam a superação do conceito de “raça”, marcando seu lugar de oposição ao etnocentrismo europeu através de críticas fortemente fundamentadas. Os autores defendem a construção de uma identidade africana baseada no reconhecimento de sua intensa diversidade cultural e entendem que sua reformulação deve ser constante (OLIVA, 2007).

Outra representação desta nova historiografia é a coleção “História Geral da África”, publicada em oito volumes é um projeto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que apresenta uma nova proposta para a historiografia africana, contando com cerca de 350 especialistas de várias áreas científicas, com a direção de 39 intelectuais onde dois terços são africanos. Estas obras apresentam uma compreensão da história africana de forma mais ampla, visto que contam com contribuições interdisciplinares que permitem uma reconstrução histórica mais complexa através da exploração de diversas fontes.

Considerações finais

A discussão apresentada neste trabalho não teve por finalidade encerrar o debate ou apresentar conclusões categóricas, mas pretendeu proporcionar uma via de reflexão, visto que a historiografia africana apresenta-se como um campo de análise muito denso, de forma que diversos autores não puderam ser incluídos nas poucas linhas desta discussão.

As produções da nova história trouxeram grandes avanços para a historiografia africana, todavia, isto ainda não implica na superação do etnocentrismo europeu ainda presente tanto nas representações históricas como em suas reproduções. Pois, apesar dos

avanços teóricos e metodológicos, paradigmas como o eurocentrismo se desconstruem mais lentamente.

Os deslocamentos da nova história têm permitido uma interpretação mais profunda e complexa do papel africano na criação e manutenção de sua coletividade. A autoafirmação africana tem conferido cada vez mais autonomia e centralidade à sua atuação histórica, ultrapassando os ideais racistas e atacando frontalmente o eurocentrismo, com a finalidade de devolver à África seu lugar de direito enquanto atuante na história humana.

REFERÊNCIAS

- AJAYI, J.F. Ade. **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: Unesco, 2010. 1032p.
- BAILEY, Anne Caroline. **African voices of the Atlantic slave trade: beyond the silence and the shame**. Beacon Press, 2005.
- BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África**. Sankofa (São Paulo), v. 1, n. 1, p. 47-63, 2008.
- BARGHOUTI, Mourid. **I Saw Ramallah**. Translated from the Arabic by Ahdaf Soueif. Cairo and New York: The American University of Cairo Press, 2000.
- BOAHEN, Albert Adu (Dir.). **História geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: Unesco, 2010. 1022p.
- BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. In: **A Escrita da História**, 1992.
- CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 47.
- EL FASI, Mohammed (Dir.) **História geral da África III: África do século VII ao XI**. Brasília: Unesco, 2010. 1034p.
- KI-ZERBO, J. (Dir.) **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: Unesco, 2010. 974p.
- MAZRUI, Ali A. (Dir.) **História geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. 1248p.
- MBEMBE, Achille. As Formas Africanas De Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 171-209, 2001.
- _____. **Crítica de Razão Negra**. Tradução: Marta Lança. Editora Antígona. 2014
- MOKHTAR, Gamal (Dir.) **História geral da África II: África antiga**. Brasília: Unesco, 2010. 992p.
- NIANE, Djibril Tamsir (Dir.). **História geral da África IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: Unesco, 2010. 873p.
- OGOT, Betwel Alan (Dir.) **História geral da África V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: Unesco, 2010. 1192p.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições Sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990-2005)**. 2007.
- THORNTON, John Kelly. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800**. Elsevier, 2004.

VALVERDE, Paulo. **O Corpo e a Busca de Lugares de Perfeição:** Escritas Missionárias da África Colonial Portuguesa, 1930-60. *Etnográfica*, v. 1, n. 1, p. 73-96, 1997.